

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Correio Braziliense

Class.: 191

Data: 27/09/88

Pg.: 11



**Xacriabá, crime em julgamento**

Belo Horizonte — O salão do Primeiro Tribunal do Júri desta capital ficou lotado ontem, quando começou o julgamento do fazendeiro Francisco de Assis Amaro e de quatro pistoleiros acusados do massacre na reserva dos Xacriabá em fevereiro do ano passado, quando foram mortos três índios. Trata-se do segundo júri federal do Brasil (o primeiro foi o do escândalo da mandioca) e do primeiro crime caracterizado como genocídio pelo Tribunal Federal de Recursos, que negou os pedidos de habeas corpus dos réus e manteve a competência do julgamento no âmbito da Justiça Federal.

O julgamento começou por volta das 9h30 de ontem, mas as previsões são de que dure pelo menos 50 horas. O Tribunal do Júri foi ocupado em parte por dezenas de indígenas das nações Calapó, Ticuna, Xavante e, principalmente, Xacriabá. Após a leitura da denúncia, na qual os réus são acusados de homicídio qualificado, lesões corporais e formação de quadrilha, começaram os interrogatórios.

Até o final da noite de ontem somente Francisco de Assis Amaro e dois dos pistoleiros, Germano Gonçalves da Silva e Roberto Freire Alkimim, tinham sido ouvidos pelo juiz Antônio de Paula Oliveira, da 4ª Vara Federal. Eles negaram o

envolvimento no crime, contradizendo os depoimentos prestados na Polícia Federal, onde fica clara a participação deles no assassinato.

Francisco Amaro se contradisse alegando primeiro que não conhecia a reserva Xacriabá. Mas depois confessou ter sido proprietário de uma fazenda em área limítrofe à "área da Funai", mas que a vendeu entre 1981 e 1983, sem nunca ter enfrentado problemas com "as pessoas que moravam lá" e que ele não reconhece como índios.

**CONDENAÇÃO**

Ressaltando que sua presença em Belo Horizonte tem o caráter de solidariedade à família dos três índios assassinados na aldeia Sapé, e de, uma forma mais global, à comunidade indígena Xacriabá o presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, afirmou ontem ter esperança que a justiça aplique a pena máxima aos cinco criminosos.

Iris, acompanhado de seu chefe de gabinete, o índio Ianaculá Rodarte, o assessor da Funai, Jeremias Xavante, o assessor de assuntos fundiários Walter Mendes, o assessor jurídico do Minter, Dr. Renato Leoni, e mais uma dezena de líderes indígenas das tribos Kaiapó e Tikuna, permanecerá hoje e possivelmente amanhã em Belo Horizonte, acompanhando o julgamento.